



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 119.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/07/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 03/07/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula, afirmando que o Executivo está perdido e recorre a discursos ideológicos para mascarar a falta de soluções concretas para os problemas do País. Repudiou a tentativa do Governo de aumentar o IOF, que foi barrada pela Câmara, e acusou o Presidente de tentar manipular a opinião pública ao se apresentar como defensor dos pobres. Também criticou a relação entre o Governo e o Supremo Tribunal Federal, apontando declarações do Presidente Lula sobre a necessidade de apoio da Corte como sinal de fragilidade política e risco à democracia.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado fez um balanço dos primeiros seis meses de mandato, reafirmando sua postura de oposição ao Governo Lula e criticando o que classificou como excessos tributários e narrativas ideológicas da Esquerda. Destacou sua atuação em diversas comissões da Câmara, incluindo a de Agricultura, Finanças e Desenvolvimento Econômico, além de sua participação no Conselho de Ética. Também rejeitou o aumento do IOF e defendeu maior honestidade nos debates legislativos. Por fim, criticou o que chamou de perseguição a manifestantes do 8 de janeiro e acusou o Governo de adotar medidas que penalizam os mais pobres com aumento da carga tributária.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado manifestou solidariedade aos candidatos prejudicados pela segunda fase do 43º Exame da OAB, em Direito do Trabalho, e sugeriu que o Conselho Federal da Ordem realize uma nova prova. Também defendeu a proposta do Governo Federal de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, e rebateu críticas à tributação sobre os super-ricos, destacando a desigualdade na composição do Congresso Nacional. Por fim, apontou a desigualdade na representação popular no Congresso e defendeu maior justiça tributária e distribuição de renda.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado contestou o discurso do Governo Federal sobre taxação de bilionários, questionando a coerência da narrativa petista diante do perdão de parte da dívida de sete empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato, que somava R\$ 11 bilhões e foi reduzida para R\$ 6 bilhões. Mencionou o uso de inteligência artificial e influenciadores em campanhas nas redes sociais para atacar o Congresso em meio ao debate sobre o IOF.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 119.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/07/2025

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado alertou para possíveis fraudes milionárias envolvendo o pagamento do seguro-defeso pelo INSS. Informou que em 2023, mais de R\$ 6 bilhões foram destinados ao benefício, com indícios de que parte desses recursos tenha sido desviada por organizações criminosas. Ao final, destacou o caso do Maranhão, que possui cerca de 500 mil segurados do seguro-defeso, mas apenas 600 embarcações registradas, o que sugere uma média de mil pescadores por barco e levanta suspeitas de conchavos e irregularidades no sistema.

Welter (PT - PR) - O Deputado destacou o lançamento do Plano Safra 2025/2026, que prevê R\$ 512 bilhões para a agricultura empresarial e importantes avanços para a agricultura familiar. Mencionou taxas de juros entre 2,5% e 3% para investimentos em energia solar, conectividade rural e melhoramento genético na pecuária leiteira. Por fim, afirmou que esse é o melhor plano safra já apresentado no País e incentivou os produtores a procurarem suas agências bancárias para acessar os recursos disponíveis, com a promessa de fortalecimento da produção, redução do custo dos alimentos e aumento da renda no campo.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou a Oposição por priorizar pautas favoráveis aos bilionários e ao sistema financeiro, enquanto projetos de interesse popular seguem engavetados. Citou como exemplo o Projeto de lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil, ainda sem votação após quatro meses. Também reprovou a rapidez com que o Congresso derrubou o decreto que aumentava o IOF para bancos, casas de apostas e super-ricos. Ao final, defendeu a aprovação de proposta para reduzir a jornada de trabalho e afirmou que o compromisso do Presidente Lula com os mais pobres se reflete nas propostas que, segundo ele, vêm sendo bloqueadas pelo Legislativo.

ORDEM DO DIA

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Resolução nº 109, de 2015, cria o Grupo Parlamentar Brasil – Siri Lanka. Além disso, criticou a demora do Congresso em votar o Projeto de lei nº 1.087, de 2025, que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil, apresentado em março. Também defendeu a taxação de super-ricos e cobrou votação de medidas como o fim dos supersalários. Por fim, argumentou que enquanto o Governo busca inclusão social e geração de empregos, parte do Congresso prioriza interesses eleitorais e atuações voltadas às redes sociais, sem compromisso com a população.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu o fortalecimento das relações diplomáticas do Brasil com outros países, especialmente no âmbito parlamentar. Destacou a importância dos intercâmbios bilaterais e multilaterais como estratégia de inserção internacional e desenvolvimento nacional. Ressaltou a relevância do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 119.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/07/2025

papel do Presidente Lula, que assumiu a presidência do Mercosul na Argentina, e mencionou sua atuação no Parlasul como exemplo do compromisso brasileiro com a diplomacia entre Parlamntos. Ao final, manifestou apoio ao Projeto de Resolução nº 109, de 2015, em pauta, argumentando que a articulação entre os Poderes Legislativos de diferentes nações contribui para o crescimento e o prestígio do Brasil no cenário global.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 43, de 2007, que dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil - Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN. Além disso, ressaltou os avanços econômicos do Governo Lula, mencionando a queda do desemprego para 6,2%, o aumento da renda média e a redução da informalidade no mercado de trabalho. Também criticou a manutenção de juros altos e afirmou que, mesmo com pressões contrárias, o Governo tem cumprido o compromisso de incluir os mais pobres no Orçamento.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 43, de 2007, que dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil - Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 43, de 2007, que dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil - Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 43, de 2007, que cria o Grupo Parlamentar - Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), destacando sua relevância geopolítica e econômica. Lembrou que a região representa 670 milhões de habitantes e 10% do PIB global, com crescimento médio de 5,7% nas últimas duas décadas. Também mencionou o recente acordo do Mercosul com um bloco europeu e afirmou que as viagens internacionais do Presidente Lula têm resultado em bilhões de reais em investimentos para o Brasil, reforçando o retorno do País ao protagonismo internacional.

BREVES COMUNICAÇÕES

Marcelo Crivella (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado celebrou a absolvição do Bispo Samuel Ferreira, declarada pela Justiça após dez anos de acusações. Também prestou homenagem à Justiça brasileira, classificando a decisão como um ato redentor que confirmou a inocência do líder religioso diante das acusações que, segundo ele, nasceram dos ódios e paixões da vida pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 119.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/07/2025

Zé Vitor (PL - MG) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, destacando que o objetivo do projeto é racionalizar, e não flexibilizar, os processos de licenciamento. Informou que a proposta visa vencer a burocracia sem comprometer a preservação ambiental, considerada essencial para o setor produtivo. Também afirmou que o texto está sendo finalizado com a contribuição de diversos segmentos da sociedade e do Governo, e que a votação representa um gesto de compromisso com o futuro do Brasil.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu medidas do Governo Federal voltadas à justiça tributária, rebatendo críticas de que haveria aumento generalizado de impostos. Destacou que a Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil beneficiaria cerca de 20 milhões de brasileiros, sem afetar trabalhadores de baixa renda. Argumentou que o sistema tributário atual privilegia os mais ricos, como investidores isentos sobre rendimentos de Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), enquanto a maioria da população paga proporcionalmente mais. Criticou o *lobby* de grandes empresários e apontou desigualdades históricas como causa da concentração de riqueza. Por fim, reforçou o compromisso do Governo com a ampliação da isenção fiscal e a manutenção de direitos sociais, como o salário mínimo e os recursos para educação e saúde.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o aumento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), argumentando que a medida penaliza trabalhadores que dependem de crédito para consumo ou manutenção de pequenos negócios. Citou exemplos de impacto direto em operações financeiras cotidianas e afirmou que o Governo ignora o peso da carga tributária sobre a população de menor renda. Além disso, mencionou a evasão de milionários do Brasil e apontou insegurança pública, instabilidade fiscal e falta de qualificação do Ministro da Fazenda como fatores agravantes. Acusou o Governo de manter relações privilegiadas com grandes empreiteiras e perdoar dívidas bilionárias. Por fim, rejeitou a narrativa de confronto entre ricos e pobres e defendeu alternância de poder nas eleições de 2026.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado reafirmou confiança em sua fala anterior, sustentando que suas posições se baseiam em dados concretos e não em projeções alarmistas. Criticou avaliações feitas por setores ligados ao mercado financeiro durante o período eleitoral, que previam baixo crescimento econômico sob o atual Governo. Destacou que o Brasil superou essas estimativas, apresentando crescimento acima de 3%, com inflação controlada, desemprego em queda e valorização da indústria. Contrapôs esses indicadores aos números do Governo anterior, associando-os à insegurança alimentar, desmonte de políticas públicas e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 119.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/07/2025

exclusão educacional. Por fim, defendeu que a atual gestão atua com base em evidências e investimentos em capacitação profissional.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado afirmou que o custo de vida aumentou e que o poder de compra da população caiu, especialmente entre quem ganha até três salários mínimos. Relatou sua experiência pessoal como educador físico para ilustrar a dificuldade financeira dos trabalhadores. Criticou a alta taxa de juros e a não correção da tabela do Imposto de Renda, alegando que essas medidas prejudicam os mais pobres. Concluiu que o Governo perdeu conexão com sua base social.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado convidou os colegas a apoiarem o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil, em contraste com o limite de R\$ 1.900 mantido na gestão anterior. Destacou que a reforma tributária sobre o consumo já foi realizada e defendeu a necessidade de uma reforma sobre a renda. Em seguida, criticou o Governo anterior pelo desmonte da produção de fertilizantes e pelos altos preços herdados em alimentos, combustíveis e insumos agrícolas. Citou o lançamento do Plano Safra com mais de R\$ 2 trilhões em recursos como exemplo da diferença de gestão. Por fim, afirmou que a vida do povo ainda exige melhorias e criticou a defesa de desonerações para grandes empresas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado destacou a importância da realização da Cúpula do Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS) no Rio de Janeiro (RJ), classificando o evento como uma honra para a cidade e ressaltando a ampliação do grupo com a entrada de novos países. Afirmou que o mundo vive um momento multipolar, em contraste com pretensões hegemônicas de lideranças internacionais. Defendeu que a reunião traga compromissos concretos com o combate à pobreza, o acesso à saúde e a proteção ambiental. Enfatizou a necessidade de cooperação entre os Governos diante dos desafios globais e manifestou expectativa por uma declaração final voltada à paz e ao bem-estar da humanidade.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado criticou a gestão do Governo Federal, acusando-o de promover aumentos frequentes de impostos, inclusive do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), para sustentar gastos excessivos. Rejeitou as críticas de que a oposição defende os super-ricos e afirmou que o foco do Governo seria manter privilégios e custear viagens da Presidência. Mencionou o uso de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para compromissos pessoais como exemplo de má conduta. Em seguida, defendeu o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 119.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/07/2025

inciso VII do Código Penal; e acusou a Esquerda de se omitir ou votar contra a proposta. Por fim, questionou dados apresentados por opositores, afirmou não reconhecer a base eleitoral do atual Presidente e defendeu a volta de Bolsonaro nas eleições de 2026.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado defendeu uma agenda progressista voltada à inclusão dos mais pobres no orçamento e à taxação dos mais ricos, como bilionários, bancos e empresas de apostas. Relatou o caso de uma trabalhadora grávida da *Brasil Foods* que perdeu os filhos após ter negado o pedido de afastamento, ilustrando as consequências da precarização laboral. Criticou a concentração de renda, citando lucros bilionários de bancos e a distribuição de dividendos sem tributação. Além disso, rejeitou os altos salários no Judiciário e a resistência da elite econômica à redução da jornada de trabalho e à justiça tributária. Reforçou a importância da aprovação da proposta que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado expressou solidariedade à ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, criticando uma decisão da Justiça que negou a retirada de um vídeo considerado calunioso. Afirmou que o caso revela atuação ideológica do Judiciário e questionou se a magistrada responsável teria tomado a mesma decisão caso o conteúdo a atingisse pessoalmente. Em seguida, celebrou a absolvição do Bispo Samuel Ferreira, líder das Assembleias de Deus do Ministério de Madureira, após uma década de processo judicial. Ressaltou que, embora a Bispa Keila Ferreira não tenha vivido para ver o desfecho, sua fé foi recompensada. Encerrou com elogios à liderança religiosa e exaltação à justiça divina.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou o lançamento do novo Plano Safra pelo Presidente Lula, que destinou R\$ 89 bilhões à agricultura familiar e R\$ 516 bilhões à agricultura empresarial. Rebateu críticas de que o Governo seria contrário ao agronegócio, afirmando que os recursos totais para o setor superaram R\$ 2 trilhões desde o início da atual gestão, em contraste com valores menores no Governo anterior. Ressaltou a manutenção de juros reduzidos para pequenos produtores, especialmente na produção de alimentos, orgânicos e equipamentos. Além disso, citou a abertura de mais de 300 mercados internacionais e ações voltadas à transição ecológica. Encerrou mencionando a reformulação das regras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), com foco no apoio ao Rio Grande do Sul, afetado por desastres climáticos.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou o anúncio do Plano Safra 2025–2026, com R\$ 89 bilhões destinados à agricultura familiar, considerado o maior volume de recursos da história do programa. Ressaltou também a realização do “Dia E” em 5 de julho, com mutirões de atendimentos nos hospitais universitários do país, incluindo consultas, exames e cirurgias eletivas. Informou que estão previstos 7,8 mil procedimentos em uma ação do Ministério da Saúde para reduzir filas no Sistema Único de Saúde (SUS). Citou ainda o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 119.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/07/2025

investimento de R\$ 10,9 milhões, em Santa Catarina, para atendimento ginecológico especializado, como parte do programa “Agora tem Especialistas”. Enfatizou que os investimentos têm alcançado Municípios de todo o país, ampliando o acesso à saúde pública.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou o negacionismo e o uso de narrativas falsas por parte de Parlamentares da extrema direita, acusando-os de ignorar dados econômicos e defender privilégios dos super-ricos. Defendeu a política tributária do Governo Lula, destacando o projeto que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil e propõe maior tributação sobre grandes fortunas, bancos e empresas de apostas. Em seguida, rebateu acusações sobre a atuação internacional do Presidente, afirmando que as viagens trouxeram investimentos e acordos comerciais relevantes. Lembrou erros cometidos durante a pandemia, como o incentivo ao negacionismo e o desprezo pela vacinação, e afirmou que o resultado das eleições mostrou a rejeição da população a esse modelo. Por fim, cobrou providências contra o Deputado Distrital Daniel Donizet acusado de assédio sexual, obstrução da Justiça e abuso de autoridade, defendendo sua responsabilização ética e legal para preservar a integridade da Câmara Legislativa e do Parlamento.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou os avanços econômicos recentes do Tocantins, ressaltando o crescimento de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2025, impulsionado pela agropecuária e pelo setor de serviços. Informou que, no acumulado de 12 meses, o Estado teve expansão de 7,1%, mais que o dobro da média nacional. Apontou ainda a taxa de desemprego de 6,4%, a segunda menor entre os Estados do Norte e Nordeste. Atribuiu os resultados a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social e reafirmou seu compromisso com o municipalismo e a interiorização do progresso. Encerrou defendendo o papel do Parlamento na construção de um futuro com mais oportunidades para os tocaninenses.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Destacou que votou a favor da proposta, considerada um avanço no combate à impunidade e ao crime organizado. Ressaltou a atuação dos Deputados Alfredo Gaspar, autor da proposta, e Alberto Fraga, relator que ampliou o alcance da medida. Criticou a progressão antecipada de pena para autores de crimes graves e afirmou que o projeto responde ao clamor popular por justiça. Enfatizou que a medida reforça o valor da vida e o compromisso do Parlamento com a segurança da população. Concluiu manifestando expectativa pela aprovação no Senado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 119.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/07/2025

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial como um chamado à reflexão e ao compromisso ético com a dignidade humana. Reafirmou que o racismo não é uma pauta ideológica, mas uma violação constitucional que atinge a integridade da sociedade. Reconheceu as desigualdades persistentes no Brasil, visíveis em salários, oportunidades e acesso à educação, e apontou a necessidade de políticas públicas eficazes e de posturas exemplares no Parlamento. Defendeu a valorização da diversidade racial como reconhecimento da história e da identidade nacional. Encerrou conclamando os Parlamentares a assumirem responsabilidade ativa na luta contra o racismo.

ENCERRAMENTO